

**Brasília, de novembro de 2025**

**À Ilma. Presidência da COP30,**

A **Global Renewables Alliance (“GRA”)**, voz internacional do setor privado de energia renovável que reúne associações e empresas da indústria global, vem, respeitosamente, por meio desta carta e das entidades aqui relacionadas, apresentar a nossa solicitação de apoio às energias renováveis durante as negociações da COP30 e reforçar o compromisso do setor privado com ações concretas às metas de adaptação e mitigação climática.

As ações para combater as mudanças climáticas emergem um fator importante: a necessidade de planos de implementação claros e urgentes para a redução das emissões. A GRA e entidades signatárias manifestam sua preocupação às medidas políticas que vão contra a este objetivo maior: a transição energética como uma das possibilidades de mitigação do aquecimento global.

O Brasil detém grandes vantagens comparativas, notadamente, uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, com 93% da eletricidade gerada por fontes renováveis em 2023 e cerca de 50% da matriz energética total composta por fontes limpas<sup>1</sup>. A possibilidade de unir a vocação nacional para o aproveitamento dos recursos renováveis, como água, sol e vento, com investimentos pautados em reduzir emissões e descarbonizar as cadeias produtivas, fez o país obter avanços significativos na agenda política e regulatória no último ano. Esse esforço do corpo empresarial nacional e internacional gerou um arcabouço regulatório e legal da transição energética valioso:

- I. Lei nº 14.948/2024: Cria o Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono;
- II. Lei nº 15.097/2025: Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore
- III. Lei nº 14.990/2024: Institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC);
- IV. Lei nº 14.993/2024: Lei Combustível do Futuro;
- V. Lei nº 15.042/2024: Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE);
- VI. Lei nº 15.103/2024: Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).
- VII. Lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica – BIP

---

<sup>1</sup> <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>

A expansão da matriz elétrica renovável foi viabilizada pela solidez da geração hidrelétrica, representando a maior parte da participação na matriz com 110 GW de capacidade instalada, e que tem gerado o efeito de complementariedade para o aproveitamento de outros recursos renováveis que merecem destaque: apenas em 2024, o Brasil adicionou mais de 18 GW de capacidade instalada, sendo 14,5 GW de solar e 3,3 GW<sup>2</sup> de eólica. Até outubro de 2025, mais de 11 GW de energia renovável foram adicionados à matriz nacional, com a maior parte sendo de eólica e solar.

Nesse horizonte da expansão renovável, o nosso setor produtivo teve um papel importante para a transição energética justa ao atrair, em 2024, quase US\$ 37 bilhões em investimentos em energia limpa e gerar mais de 340.000 empregos verdes, sendo a vasta maioria do investimento proveniente da iniciativa privada. Esses dados indicam nossa capacidade organizacional, com metas internas de investimento, práticas de governança climática, compromissos de redução de emissões, e participação em programas de cooperação federativa

Os investimentos em transição energética e na redução das emissões devem continuar elevados para os próximos anos, segundo as nossas estimativas. Novas plantas de hidrogênio verde e derivados, com decisão final de investimento prevista para 2026, serão responsáveis por investimentos que ultrapassam R\$ 60 bilhões e fomentarão a geração de mais de 25.000 empregos, apenas na fase de construção. Para o sucesso desses grandes projetos, as negociações nacionais e internacionais, mobilizadas pela Presidência da COP, têm um papel fundamental para articular medidas de incentivo internacional de financiamento climático, direcionado à energia renovável, priorizando os países em desenvolvimento.

A transição energética no Brasil também carrega um forte componente social e regional. O avanço da energia eólica tem se mostrado um vetor de desenvolvimento econômico e social em diversas regiões, especialmente no Nordeste, onde estão concentrados cerca de 86% dos projetos do país. A instalação de parques eólicos tem promovido a dinamização das economias locais, a geração de emprego e renda, a ampliação da infraestrutura e o fortalecimento de cadeias produtivas regionais, criando oportunidades em territórios historicamente marcados por desafios socioeconômicos.

Esse movimento reforça a importância de uma transição energética justa, capaz de assegurar que os benefícios da descarbonização alcancem as comunidades e contribuam para a redução das desigualdades regionais, consolidando o papel transformador da energia renovável na construção de um futuro sustentável e inclusivo. Nesse viés, ao sediar este importante diálogo social contra as mudanças climáticas, a Presidência deve continuar a incentivar e facilitar a interlocução entre governo, setor privado, instituições financeiras e sociedade civil para operacionalizar as propostas.

---

<sup>2</sup> <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/Ralie#!> (acesso em 24/09/2025)

Apesar do cenário positivo, ainda há muito o que ser feito pelo setor privado: de acordo com a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), será necessário triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030 para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C. Isso implica aumentar os investimentos anuais de US\$ 570 bilhões (2023) para US\$ 1,5 trilhão até 2030. Contudo, para além desse desafio, o Setor Elétrico Brasileiro (“SEB”), enfrenta desafios importantes que precisam ser solucionados no curto e médio prazos para viabilizar os investimentos necessários para o cenário de 1,5°C. São eles:

- Cortes de geração renovável (ou, em inglês, *curtailment* ou *constrained-off*), hidrelétrica, eólica e solar, elevados, recorrentes e crescentes;
- Incertezas e lacunas regulatórias, especialmente para novas rotas tecnológicas, em especial, o armazenamento de energia por baterias íon-lítio, eólicas offshore, usinas hidrelétricas reversíveis, hidrogênio de baixo carbono, regulamentação do SBCE e do arcabouço legal da transição energética mencionado anteriormente;
- Desafios relacionados à atualização dos instrumentos de licenciamento ambiental, cuja modernização é essencial para assegurar maior eficiência, previsibilidade e integração entre as esferas federal e estadual. A adequação desses marcos às novas realidades tecnológicas e aos padrões de sustentabilidade permitirá conciliar, de forma equilibrada, a proteção ambiental com a expansão responsável das fontes renováveis.
- “Descompasso” entre a demanda crescente por conexão à rede de transmissão e a oferta limitada de infraestrutura existente é um dos principais gargalos para o avanço de empreendimentos de alto consumo energético, como datacenters e projetos de hidrogênio verde;
- Garantia de um fornecimento de energia i) confiável (sem interrupções ou racionamentos); ii) robusto (resiliente a eventos extremos e variações de carga), iii) sustentável (com baixo impacto ambiental e emissão zero de carbono); e iv) acessível (com tarifas justas e competitivas).

É fato que o Brasil apresenta características e perfis socioeconômicos, ambientais e regionais diversos, que impactam a tomada de decisão do Poder Executivo e a gestão de todo o Setor Elétrico. Todavia, a segurança jurídica e regulatória são peças-chave tanto para o desenvolvimento dos projetos já anunciados como para a atração de outros investidores em tecnologias indutoras de desenvolvimento regional. A premissa da segurança jurídica é basilar, não só ao setor de geração de energia, mas às diversas cadeias produtivas – à jusante e à montante – com potencial de redução de emissões e para a atração de órgãos e agências internacionais de fomento.

A necessidade de atenção ao sistema de transmissão, além de ponto estratégico quando pensamos em resiliência climática, é uma solução estrutural para inserção segura e eficiente de novos geradores renováveis, com redução do *curtailment* para esses ativos. Para os

consumidores, especialmente àqueles intensivos em carga, como grandes indústrias e plantas de hidrogênio verde e derivados, o fortalecimento das redes viabiliza a conexão, o desenvolvimento de projetos e permite uma maior utilização de fontes renováveis por todo o país, fato que, por si só, fomenta o desenvolvimento de indústrias, hubs e a eletrificação por meio de energia renovável, para além dos centros atuais.

Por fim, a adequada gestão e operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), bem como a exploração de suas potencialidades também depende de agências reguladoras fortalecidas e com corpo técnico capacitado e em contingente capaz de atender, com o devido rigor jurídico e regulatório, às demandas impostas pelos agentes. Novamente, a interação entre governo, sociedade e empresariado deve ser um eixo prioritário no resultado que a COP30 busca proporcionar, em prol do desenvolvimento nacional.

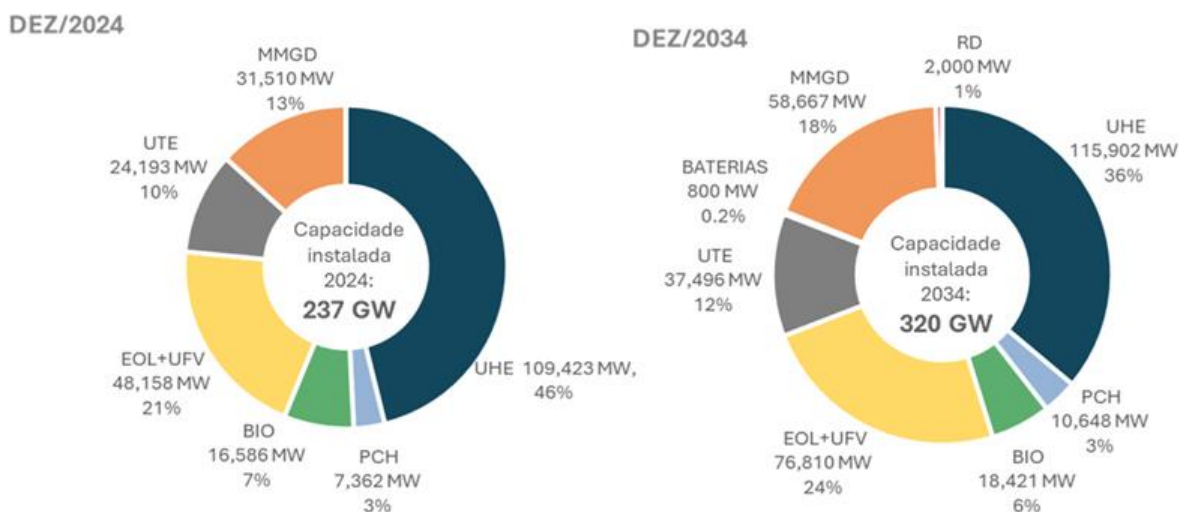
Sob outra ótica, entendemos que precisamos evitar políticas que aumentem as emissões da matriz elétrica brasileira e favoreçam um isolamento do Brasil do movimento internacional pela descarbonização, especialmente em um ano que o país será sede da COP, justamente com a missão de apresentar ao mundo os potenciais “verdes” do Brasil.

Nesse âmbito, cumpre destacar a importância do apoio ao desenvolvimento industrial e da sua descarbonização, por meio da adoção de estratégias nacionais de indústria limpa e mecanismos de mercado do lado da demanda, incluindo a eletrificação e o hidrogênio verde. O Brasil pode ser um líder dessas iniciativas com o fortalecimento de políticas que promovam a exportação de produtos com baixa pegada de carbono.

A (re)carbonização da matriz elétrica se expressa na contratação de reserva de capacidade voltada a termelétricas fósseis e na manutenção da dependência de óleo e gás nos sistemas isolados, em detrimento de soluções renováveis e mais eficientes, como armazenamento de energia por baterias ou reservatórios hidrelétricos. Esse movimento chama a atenção em navegar de forma contrária à transição energética e às metas nacionais e internacionais de redução das emissões.

O Plano Decenal de Expansão de Energia, documento que traça as perspectivas de longo prazo para o setor energético em 10 anos, indica o crescimento da geração de fontes fósseis e o aumento da sua participação matriz efetiva de geração de energia elétrica até 2034 (gráfico 1). Nesse cenário, reforçamos que durante a formulação das decisões da COP30, é importante haver compromisso explícito de realizar a transição para a substituição de fontes fósseis pelas renováveis e não apenas o crescimento absoluto das renováveis.

Gráfico 1. Configuração do Cenário de Referência do PDE 2034 em 2024 e 2034.



Fonte: EPE (PDE 2034).

O estudo Programa de Transição Energética - Fase 2 (“PTE - Fase 2”), organizado e realizado por diversas instituições<sup>3</sup> de referência em estudos de energia, economia e transição energética, reafirma, em seus resultados, **que o Brasil dispõe de múltiplos caminhos factíveis para alcançar a neutralidade climática em 2050, conciliando crescimento econômico, segurança energética e redução de emissões**. Em todos os cenários avaliados, se demonstrou como possível a premissa de atingimento das metas de curto prazo – redução de 50% das emissões até 2030 em relação a 2005 – e de atingir emissões líquidas zero no meio do século. No entanto, esse percurso requer ações imediatas por parte do governo, bem como forte coordenação entre atores públicos e privados na busca por tornar o Brasil um país cada vez mais competitivo e atrativos para investimentos privados.

Aos desafios relacionados à gestão do SIN de proporções continentais, se somam as diversidades sociais, as características brasileiras e a necessidade de garantir um sistema robusto e resiliente. Entretanto, **nenhum desafio deve impor uma alternativa que desacelere a descarbonização e tenha como consequência a piora da crise climática e impactos profundos e irreversíveis sobre a sua própria população**. Ainda, segundo o estudo “PTE – Fase 2”, o Brasil terá capacidade apenas se gerenciar o avanço da bioenergia e reduzir

<sup>3</sup> Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cenergia/COPPE (UFRJ), FIPE (USP), MRTS Consultoria, Empresa de Pesquisa Energética (EPE)



paulatinamente o espaço dos combustíveis fósseis, em ritmos e intensidade distintos em cada cenário.

Para isso, sabemos do desafio de gerir todo o potencial nacional e a inserção das renováveis e substituição das fontes fósseis. Logo, será necessário criar um mecanismo de diálogo contínuo (durante e após a COP30) entre a presidência e o setor de renováveis, para acompanhar implementação, corrigir rumos e evitar que haja um desvio de rota ao objetivo-chave da agenda de ação da Conferência: **triplicar as renováveis e dobrar a eficiência energética.**

A indústria de energia renovável está compromissada e muito confiante com a transição energética e com a descarbonização industrial e se coloca à disposição para colaborar com dados, estudos, modelagens e cenários para subsidiar decisões da Presidência da Conferência para garantir resultados para acelerar iniciativas de combate à ação climática, expandir os investimentos em energias renováveis e criar um futuro mais seguro, resiliente e próspero.

Dessa forma, as Associações e Empresas aqui representadas, rogam, respeitosamente, à Presidência da COP30 e a todas as Partes, que observem com atenção, e absorvam a necessidade de atenção à ação sobre os pontos elencados, especialmente diante da condição de anfitriões da Conferência, a partir do meio ambiente e das mudanças climáticas como pauta central.

Atenciosamente,



